

DEMOCRATIZAÇÃO. UM TESTEMUNHO

Albertino Gonçalves

Não tenho registo de uma celebração com a envergadura da respeitante aos cinquenta anos do 25 de Abril. Praticamente todos se empenharam de norte a sul durante muito tempo. É certo que o evento merece. Tanto que não carece ser nem exorbitado nem fantasiado, mas recordado, conhecido e comunicado, logo testemunhado e estudado.

O Instituto Nacional de Estatística estima que, em Portugal, a população residente com menos de 50 anos ascendia, em 2022, a cerca de 5 713 000 pessoas (54,7% do total). Mais de metade dos "portugueses" nasceu após o 25 de Abril de 1974. Entre os 50 e os 59 anos, 2 229 000. O que significa que mais de um quinto (21,3%) tinha então menos de 15 anos. Convém, portanto, passar o testemunho. Comemorar, recordar e partilhar a experiência.

Proponho-me neste texto testemunhar, tanto quanto a memória permite, a minha experiência pessoal respeitante a alguns episódios marcantes ocorridos entre o 25 de abril de 1974 e o 25 de novembro de 1975, principalmente ao nível do processo de democratização.

À semelhança da maior parte dos portugueses, a Revolução mudou profundamente a minha vida. Frequentava, na altura, o secundário numa especialidade que proporcionava acesso ao curso de medicina. Pois a vocação alterou-se: em vez de médico passei a desejar ser sociólogo, "cuidar" da sociedade em vez de doentes. Uma ilusão que se desvaneceu logo no 1º ano da universidade. Como não me podia candidatar ao único curso próximo da Sociologia, facultado pela Universidade de Évora, uma vez que não possuía as disciplinas do secundário exigidas, parti para França, inscrevendo-me na

Sorbonne. "Matava assim dois coelhos de uma cajadada": seguia o curso pretendido e escapava ao denominado Serviço Cívico Estudantil, decretado em maio de 1975, que obrigava a um compasso de espera de um ano entre o termo do secundário e a entrada no ensino superior. Em suma, ocorreu uma enorme reviravolta: da medicina para a sociologia, de Braga para Paris.

Mas produziram-se outros impactos. Por exemplo, o mergulho na vida política. Muito jovem, implementei o Partido Socialista no concelho de Melgaço e conduzi-o praticamente até ao verão de 1975. Atividade absorvente que prejudicou outras tais como o desempenho escolar. Assente numa experiência e numa perspetiva particulares. de um militante de um determinado partido político, o meu testemunho vale o que vale.

Tentando reviver os primeiros tempos que sucederam ao 25 de Abril, a impressão ou o sentimento que sobressai é o de liberdade. A Revolução foi, antes de mais, uma libertação da população e da sociedade portuguesa.

O regime que a "Revolução dos Cravos" derrubou, além de uma ditadura de quase meio século, era uma fechadura, por sinal, enferrujada. "Orgulhosamente sós", saía-se, muitas vezes, do País como quem foge, clandestinamente". Atendo-nos ao caso da França, foram legalizados, entre 1960 e 1974, 538 757 "indocumentados", 36,4% da emigração total; nos anos 1969 a 1971, a emigração clandestina ultrapassou a legal. Na realidade, o cômputo global, difícil de estimar, da emigração "a salto" excedeu amplamente estes registos.

Os primeiros ventos foram de liberdade. Abriram-se as fronteiras, amnistiaram-se os presos políticos, regressaram os exilados, legalizaram-se os partidos políticos e os sindicatos, assegurou-se a liberdade de associação, de expressão e da imprensa, aboliu-se a censura, pugnou-se pela independência do poder judicial, extinguiu-se a polícia e a censura... A libertação que mais se desfrutou foi, porventura, a associada à quebra da teia de autoritarismos e de interditos que sufocava a vida quotidiana. De um momento para o outro, os portugueses, refreados e isolados do mundo durante décadas, recuperavam, ampla, intensa e aceleradamente, o tempo perdido. A todos os níveis: arte, cultura, literatura, música, cinema, lazer, moda, sexualidade.... Assevera-se complicado conseguir partilhar hoje a índole e o alcance desta vivência.

Democratizar, Descolonizar e Desenvolver ficaram conhecidos como os três D que sintetizavam o programa do MFA. Confinar-nos-emos a apenas alguns aspetos respeitantes ao processo de democratização. "Processo de democratização" porque, em rigor, a revolução não instituiu de

imediatamente a democracia. Tomaram-se, isso sim, medidas e criaram-se condições, tais como as liberdades e as garantias de cidadania, que permitiam avançar no caminho para a democracia. O próprio programa do MFA o reconhece ao prever "um período de Governo Provisório", "período de excepção [que] terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa" (B.3), o que só viria a acontecer volvidos dois anos com as eleições legislativas de 25 de abril de 1976 e as presidenciais de 27 de junho de 1976. Como na generalidade das revoluções, a transição para a democracia não só requereu tempo como esteve longe de ser linear e regular. Conheceu seis governos provisórios, avanços e recuos, obstáculos, desvios, acrescentos e remendos, durante um período turbulento, tenso e controverso. Em todo este percurso, os diversos órgãos de poder (Junta de Salvação, Conselho da Revolução, assembleia do MFA, COPCON, presidência da república e governo) beneficiaram, quando muito, de uma "legitimidade revolucionária", de modo algum de uma legitimidade democrática.

Antes de prosseguir, uma salvaguarda. Nas sociedades e nas organizações, democracias pode haver muitas: democracia liberal, democracia cristã, social-democracia, socialismo democrático, democracia popular, democracia direta, centralismo democrático, gestão patronal, cogestão, autogestão... Algumas contradizem-se. Todas estas versões foram invocadas e ensaiadas ao longo do período revolucionário.

O meu testemunho, sujeito a eventuais falhas de memória, vai ancorar-se em seis datas particularmente marcantes: o 28 de setembro de 1974 ("maioria silenciosa"); e, no ano seguinte, 1975, o 11 de março (tentativa de golpe), o 25 de abril (eleições para Assembleia Constituinte), o 8 de agosto (publicação do "documento dos nove") e, enfim, o 25 de novembro (sublevação militar).

Os acontecimentos do 28 de setembro e dos dias seguintes colheram muitos portugueses, nos quais me incluo, de surpresa. Uma manifestação designada como "maioria silenciosa", pelos vistos de apoio ao General Spínola, preparada desde inícios do mês e autorizada pelo Governo Civil de Lisboa, é impedida de se realizar. Levantaram-se barricadas nos acessos a Lisboa e a outras localidades. Estigmatizadas como reacionárias, várias pessoas associadas ao velho regime, quadros da Legião Portuguesa ou ativistas da dita manifestação, são detidas. Algumas ausentam-se do País. Três generais "conservadores" são destituídos: Galvão de Melo, Manuel Diogo Neto e Jaime Silvério Marques. Dois dias depois, ocorre a demissão do General Spínola logo substituído pelo General Costa Gomes.

O 28 de setembro é, assim, a data de uma manifestação que não vingou, mas cuja iminência justificou, em nome da defesa do processo revolucionário em curso:

- 1) a mobilização de um dispositivo (barricadas civis e militares) preparado para o uso da força;
- 2) um golpe ou corte no Estado com a demissão do General Spínola, na altura a figura desfrutava maior popularidade;
- 3) o regresso da perseguição política, que visa por enquanto a (extrema) direita, mas logo abrangerá outras cores políticas, como por exemplo, a prisão entre 28 de maio e 18 de julho de 1975 de mais de 400 militantes do MRPP, na sequência, é certo, de atos violentos, entre os quais o sequestro e tortura do oficial comando Marcelino da Mata.

O 28 de setembro foi o desenlace de uma divergência patente desde o início de funções da Junta de Salvação Nacional. Esta propôs três nomes para primeiro-ministro, Spínola entendeu designar um quarto, Adelino de Palma Carlos. Spínola também possuía uma perspectiva própria da descolonização, expressa no livro *Portugal e o Futuro* (editado em 22 de fevereiro de 1974). Defendia, também, uma alteração do calendário eleitoral. Palma Carlos propôs a marcação da eleição, por sufrágio direto e universal, do Presidente da República, em simultâneo com um referendo constitucional, até finais de outubro de 1974. Apressar-se-ia assim o advento de uma legitimidade democrática concorrente da "legitimidade revolucionária". O MFA opõe-se e o primeiro governo provisório que cai a 11 de julho de 1974 com a demissão de Palma Carlos. Enquanto Spínola apostava na antecipação da legitimidade democrática, o MFA investia na continuidade e no reforço da via revolucionária.

Até ao 11 de março, assistiu-se, sem que os acontecimentos adquirissem necessariamente foro de notícia pública, a um esticar de corda, no corpo militar e na esfera política, entre "revolucionários" e "reacionários", radicais e conservadores, esquerda e (extrema) direita, incondicionais do MFA e spinolistas. Os dias que precederam a tentativa de golpe de estado, deveras confusos, podiam inspirar um *thriller* político-militar: informações e contrainformações, reuniões conspirativas, prisões, envolvimento de serviços secretos estrangeiros, "rumores" mais ou menos credíveis, com a existência de uma lista de figuras a eliminar (a suposta "Operação Matança da Páscoa"), mobilizações, desmobilizações e expectativas defraudadas. Sob um aspeto não subsistem dúvidas: sob a liderança do General Spínola, Tancos avançou e o RAL1 resistiu. Gorada a tentativa, Spínola escapa para Espanha e exila-se no Brasil.

Pouco sei sobre o golpe do 11 de março. Vários estudos têm contribuído para o esclarecimento dos contextos, dos protagonistas e dos acontecimentos (por exemplo, Ricardo Noronha, "Anatomia de um golpe de Estado fracassado: 11 de março de 1975", *Ler História*, 69 - 2016, p. 71-87). Tudo indica que a tentativa, precipitada e mal preparada, não obteve a adesão prevista, dando azo a uma narrativa paradoxal: poucos aderiram e muitos se envolveram! Insinua-se a impressão que o "contragolpe" estaria mais bem preparado. Na noite de 11 para o 12 de março, a Assembleia do MFA aprova, entre outras medidas, a nacionalização da banca, a que se seguiriam aas companhias de seguro e de outros setores básicos. Entre saneamentos, reorganizações e reorientações, o processo revolucionário em curso deu mais uma guinada, desta vez bastante pronunciada, à esquerda.

Se pouco sei, agora, acerca da intentona do 11 de março, na altura muito mais ignorava. Se bem me lembro, informado de que estava em curso uma tentativa de golpe de estado, um grupo de alunos do liceu Sá de Miranda, avesso a alterações de rumo, organizou uma manifestação contra, fosse o golpe da esquerda ou da direita. No linguajar da época, o mote adotado foi: "Não ao fascismo! Não ao social fascismo!". A manifestação desceu a rua de Santa Margarida, engrossou na Avenida Central, logrou uma dimensão apreciável na Avenida da Liberdade e terminou junto à Grundig. Revendo-me entre os que iam à frente, ainda agora estremeço ao pensar em tamanha inconsciência e imprudência.

Volvidas poucas semanas, com o processo revolucionário de vento em popa e inclinado para a esquerda (nacionalizações, ocupações, reforma agrária), inicia-se a campanha para as eleições da Assembleia Constituinte, ato que foi sucessivamente adiado até à data limite estipulada no programa do MFA (A.2). A mobilização foi extraordinária.

Correspondeu a uma das fases mais absorventes da minha vida. Frisou o delírio, Não fazia mais nada. Organizei e intervim em comícios e sessões de esclarecimentos; devorei informação; percorri todos os caminhos de Melgaço num carro com altifalantes; promovi caravanas; coleei cartazes, pintei paredes e estradas; distribuí sacas de plástico; transformei a sede do partido num misto de espaço político e discoteca; participei em reuniões em Paredes de Coura; não tinha paragem entre Braga e Melgaço: pouco dormia e muito convivia e debatia. Até me apliquei a desenhar um retrato de Karl Marx nas costas de uma casaca de sarja. Tudo menos assistir às aulas. Felizmente, de tempos em tempos, as faltas eram perdoadas.

Valeu a pena. Os resultados ultrapassaram as melhores expetativas, do partido e minhas. Exceccionalmente concorridas (91,6% de votos), o PS atingiu 37,9% de votos e 46,4% dos deputados, o

PPD 26,4% e 32,4%, o PCP 12,5% e 12,0%, o CDS 7,6% e 6,4%, o MDP/CDE 4,2% e 2%. No distrito de Viana do Castelo, o PS só ganhou em Caminha e... Melgaço. O que teve um sabor especial.

No dia seguinte, uma caravana gigantesca, barulhenta e vistosa serpenteou o concelho. Surpreendeu-me existirem tantos simpatizantes e bandeiras do PS! Em São Gregório, decidimos descer até à pequena ponte entre Portugal e a Espanha. Do outro lado, aguardava-nos os *carabineros* de metralhadora em riste. Franco ainda estava no poder. Ordeiramente, demos a volta na rotunda do lado português. A par do aparato militar, impressionou-me ver nas janelas tantos galegos a saudar-nos de punho erguido.

Neste primeiro ato democrático após o 25 de Abril de 1974 [com a peculiaridade de o MRPP, a AOC e o PDC terem sido impedidos de apresentar candidaturas], 3 em cada 4 eleitores votou à direita do PCP. Parte da população, até então silenciada, acabara de se pronunciar com uma cruz num boletim de voto. Afinal, o povo, com minúscula, não coincidia com o Povo, com maiúscula, abstrato, da Aliança com o MFA, o tal que unido jamais seria vencido. Para além de uma surpresa foi um abalo.

Mas o “gonçalvismo”, os militares que dominavam o MFA, o governo, mais os partidos apoiantes dispunham de uma espécie de sistema antissísmico. O significado e o alcance dos resultados eleitorais logo começaram a ser desvalorizados. A RTP, com a “neutralidade” que a caracterizava, cuidou de passar entrevistas a eleitores que confessavam ter colocado a cruz à sorte porque desconheciam os nomes e os símbolos dos partidos. No dia 16 de julho, comissões de trabalhadores, apoiadas pelo PCP, manifestam-se em Lisboa e no Porto reivindicando a dissolução da Assembleia Constituinte. Em transmissão televisiva, Vasco Gonçalves declara: “Nós não poderíamos, repito, ir, ir, ir perder por via eleitoral aquilo que tanto tem custado a ganhar ao povo português”.

Esta disparidade entre legitimidade democrática e “legitimada revolucionária” evidenciou-se no dia 12 de novembro de 1975: uma multidão de manifestantes, mobilizados pelos sindicatos da construção civil, pela extrema-esquerda civil e militar e pelo PCP, impõe um cerco de três dias à Assembleia Constituinte mantendo os deputados sequestrados, sem acesso a comunicações ou a mantimentos, até ao dia seguinte, 13 de novembro. A residência oficial do Primeiro-Ministro, contígua ao Palácio de São Bento, também é controlada, com sequestro do almirante Pinheiro de Azevedo. Dias depois, em 20 de novembro, o VI Governo Provisório autossuspende-se. O primeiro-ministro está cheio de ser sequestrado e entendia não ter condições para governar. Com a temperatura ao rubro em pleno outono, no ar pairava a ameaça de uma guerra civil.

Ensaieiros um retrocesso ao início do ano. Se o esticar da corda entre “spínolistas” e “revolucionários” cedeu com o 11 de março, uma nova tensão começou a desenhar-se já em janeiro, agora entre o PS e o PCP. O principal pomo de discórdia foi a proposta, pelo PCP, da unicidade sindical, que preconizava a concentração de todas as estruturas sindicais em torno da CGTP. O PS demarca-se, por uma vez, de um modo inequívoco e irredutível. Defende a pluralidade de frentes sindicais: a unidade em vez da unicidade sindical. Lembrando a distinção entre centralismo democrático e pluralismo democrático, esta disputa ultrapassava o mundo sindical. Estavam em causa dois modelos de sociedade distintos e incompatíveis.

Indicador do menosprezo pelo resultado das eleições do 25 de Abril, escasso dias depois é publicado o Decreto-Lei N.º 215/75, de 30 de Abril, que reconhece, em sintonia com o PCP, a Intersindical como a “confederação geral dos sindicatos portugueses”.

Se as eleições foram um balde de água em esvaziamento, os incidentes durante a comemoração do 1º de Maio em Lisboa, convocada pela Intersindical, constituíram a gota de água que fez transbordar o vaso. Mário Soares é impedido de subir à tribuna onde pontificam o Presidente da República Costa Gomes, o Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves e o secretário-geral do Partido Comunista Português Álvaro Cunhal.

O 1º de maio de 1975 ficou-me gravado na memória. O PS apostou na mobilização ao nível de todo o País. Em Melgaço, a comemoração teve lugar dentro das muralhas, junto à torre de menagem, servida por um enorme estrado de madeira. O saudoso Padre Sousa Fernandes, professor e sociólogo da educação na Universidade do Minho foi um dos participantes mais aplaudidos. Esta foi a minha última atividade expressiva como militante político.

As achas colhidas desde janeiro começaram a fúmegar na primavera. O “bloco no poder” opta pela fuga em frente; o PS, secundado pelo PPD e pelo CDS, afasta-se e resiste. Avizinhavam-se tempos de turbulência, conflito e violência. Tudo, acontecimentos e pseudoacontecimentos, parecia suscetível de produzir um efeito borboleta. O encerramento do jornal República, em 20 de maio, foi exemplo notório.

Independente dos resultados eleitorais, aparentemente suspensos, as forças medem-se na rua. Manifestações e contramanifestações sucedem-se. Multiplicam-se os confrontos, as ocupações, os saneamentos, as perseguições, as prisões, as agressões, os atentados, os sequestros, os assassinatos, os bloqueios de estradas, a destruição de carros e os assaltos a sedes partidárias e embaixadas.

Distribuem-se armas a civis e anunciam-se golpes de Estado... De tudo demasiado. De um extremo ao outro.

Houve momentos em que receei que os mesmos militares que acabaram com uma ditadura, estivessem em vias de nos impingir, porventura com a melhor das intenções, outra, com o casaco virado do avesso. Os discursos do Partido Socialista e, sobretudo, de Mário Soares convocam vez mais a palavra e o espetro da ditadura.

Até meados de agosto vigorou um bloco no poder, "revolucionário", hegemonzado pelos militares mais radicais que dominavam o Conselho da Revolução e o COPCON, sustentado por uma frente partidária de referência soviética e respaldado no "poder popular" e na "democracia direta" que incentivava.

A relação de forças no meio militar começou a oscilar no início de agosto. Publicado no dia 8, o "Documento dos Nove", assinado por membros "moderados" do Conselho da Revolução, sob a liderança de Melo Antunes, expressa o primeiro desentendimento público no seio do MFA. Opõe-se ao Documento "Aliança Povo/MFA" apresentado havia apenas um mês, a 8 de julho, propondo "um projeto socialista alternativo baseado numa democracia política, pluralista, nas liberdades, direitos e garantias fundamentais" A esta posição, adiciona-se o início da deriva de Otelo Saraiva de Carvalho e da COPCON.

Os ventos mudam de feição. O bloco no poder está em vias de reconfiguração cabendo ao PS um lugar de relevo. Precise-se que o PS nem sequer integrava o quinto governo provisório, o último presidido por Vasco Gonçalves. Este demite-se a 6 de setembro. Anteriormente, no dia 25 de agosto, o moderado almirante Pinheiro de Azevedo tinha sido indigitado como futuro primeiro-ministro do VI Governo Provisório, que toma posse a 19 de setembro.

Estas alterações são contestadas por uma exacerbada movimentação cívica e militar que culmina na sublevação militar do dia 25 de novembro. Neutralizada a "intentona", apenas no dia seguinte, sucede-se uma série de medidas conducentes à normalização da vida militar e política. Visto de longe, apresentou-se-me um pouco como o reverso do 11 de março.

Em jeito de balanço, continuo convencido que, entre abril de 1974 e novembro de 1975, a contagem das espingardas, das armas, resultou mais decisiva do que a dos votos ou dos manifestantes. Os militares nunca largaram as rédeas do poder. Ressalvo, todavia, o papel certamente desempenhado

pelas potências internacionais, tais como os Estados Unidos, a União Soviética e a Alemanha. Tratava-se, porém, de um jogo de xadrez que estava fora do meu radar.

Terminei este texto em rabo de peixe por várias razões. Ultrapassei largamente as três páginas solicitadas. Não me posso atardar porque atingi o limite do prazo a que me comprometi. Por outro lado, os acontecimentos, a história, do "verão quente" e do 25 de novembro são mais conhecidos. Por último, tendo abandonado, desencantado, a militância política e ausentado para França, o meu testemunho pessoal perdeu relevância.

Mesmo a pedido, não escrevo textos sem ter uma motivação forte e uma ponta de originalidade. O teor deste texto não é propriamente o mais conveniente num período de celebração dos 50 anos da Revolução do 25 de Abril. Foca o lado escuro da lua, a vertente mais controversa e espinhosa. Mas não é fruto do acaso.

O que sucedeu deve ser recordado, estudado e partilhado. Sem ficções, disfarces ou omissões. Trata-se de um período histórico que contraria uma das ilusões mais enraizadas no senso comum nacional: a crença que o povo português é natural e espontaneamente democrático e pacífico. O processo que acabamos de abordar ilustra precisamente o contrário. A história recente e antiga não o desmente. A propensão para a democracia e para a paz não está, nem deixa de estar, inscrita no ADN do povo português. Nem tão pouco no dos outros povos. É necessário cultivar a democracia e a paz, importa conquistá-las e defendê-las todos os dias. Hoje como ontem. Talvez hoje e amanhã mais que ontem.

Um último apontamento. Este texto inspira-se de fio a pavio na pequena obra de Karl Marx "*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*" (1ª edição em 1852). Escrita entre dezembro de 1851 e março de 1852, acompanha o conturbado período político em França entre a Revolução de 1848 e o golpe de estado de dezembro de 1851. No início, Karl Marx sustenta que as tragédias podem repetir-se como farsas. O inverso também é possível: às farsas sucederem-se tragédias.

ELO 31

74/24
Escola
Democracia
Sociedade



FICHA TÉCNICA

Diretor	Amadeu Faria
Coordenação	Amadeu Faria Isabel Alves
Conselho Editorial	Anabela Martins António José de Oliveira Fernanda Macedo Helena Ferreira Lucinda Palhares
Revisão	Agostinho Ferreira Isabel Alves Lucinda Palhares Manuel Gama
Composição da capa	Salgado Almeida
Maquetagem	Francisco Martins
Propriedade e edição	Centro de Formação Francisco de Holanda Escola Secundária Francisco de Holanda Alameda Dr. Alfredo Pimenta - 4814-528 Guimarães cfaecffh@gmail.com - www.cffh.pt - 253 540 134
Depósito Legal	377399/14
ISBN	972-96465
Impressão	Gráfica Diário do Minho, Braga
Número	Revista ELO 31 - setembro de 2024
Tiragem	300 Exemplares
Apoios	Escolas Associadas do Centro de Formação Francisco de Holanda

Todos os artigos que integram a ELO 31 são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Respeitando a opção individual dos seus colaboradores, a ELO 31 apresenta, em simultâneo, a ortografia portuguesa com e sem o acordo ortográfico em vigor.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA -----	9
Amadeu Faria - Diretor Centro Formação Francisco de Holanda	
IMPRESSÕES CURTAS ... NUMA QUANTIDADE DE TEMPO CONSIDERÁVEL -----	13
Rui Vítor Costa - AE Francisco de Holanda	
ESTARÁ A ESCOLA A DESTRUIR A DEMOCRACIA? AVALIAÇÃO E MERITOCRACIA -----	23
Eusébio André Machado - Universidade Portucalense	
CONTEXTUALIZAR O CURRÍCULO PARA DEMOCRATIZAR A ESCOLA -----	37
José Carlos Morgado ¹ , Sofia Rodrigues - Universidade do Minho	
PEDAGOGIAS DEMOCRÁTICAS: UTOPIA OU POSSIBILIDADE? -----	45
Flávia Vieira - Universidade do Minho	
DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO: NOTAS DE PEDAGOGIA CRÍTICA -----	55
Licínio C. Lima ² - Universidade do Minho	
50 ANOS DE EDUCAÇÃO NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO: ENTRE A CELEBRAÇÃO E A REFLEXÃO ----	63
Rui Trindade, Ariana Cosme – FPCEUP	
ELOGIO DE LA EDUCACIÓN -----	81
Miguel Ángel Santos Guerra – Universidad de Málaga	
NA SOMBRA DE ABRIL, NA SOMBRA DA LIBERDADE -----	91
Lucinda Palhares, Júlio Borges - Centro Ciência Viva de Guimarães	
O PREC -----	97
(Processo Revolucionário em Curso, 1974/1976) -----	
Pedro Bacelar de Vasconcelos ³ - Universidade do Minho	

DA REPRESSÃO À DEMOCRACIA: A TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974 -----	101
João Carlos Machado de Sousa - Diretor do Centro de Formação de Basto	
DOS PARADIGMAS EDUCATIVOS NASCIDOS EM DEMOCRACIA -----	111
João Montes	
PORTAS ABERTAS PARA O SUCESSO: EQUIDADE NA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL APÓS ABRIL -----	119
Teodolinda Magro-C - Coordenadora da EM-PNPSE	
UMA SOCIEDADE EM EQUIDADE – DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA -----	123
Zélia Torres - Universidade Lusófona	
(TRANS)FORMAÇÃO DOS RECURSOS PEDAGÓGICOS: CAMINHO PARA A APRENDIZAGEM? -----	131
Paulo Guinote - AE Mouzinho da Silveira	
A PRESENÇA DE ALUNOS IMIGRANTES NAS ESCOLAS NACIONAIS -----	139
Anabela da Costa Martins, Maria do Carmo Melo Simões - AE Francisco de Holanda, AE D. Manuel de Faria e Sousa	
REFLEXÃO SOBRE EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES NA ESCOLA -----	157
Sílvia Fernandes - AE Fernando Távora	
CINQUENTA ANOS DEPOIS... -----	165
A ESCOLA EM PORTUGAL APÓS O 25 ABRIL DE 1974 -----	
Marília Gago - Universidade do Minho	
DEMOCRATIZAÇÃO. UM TESTEMUNHO -----	175
Albertino Gonçalves ⁴ - Universidade do Minho	

PORTUGAL, 50 ANOS DE ABRIL COM CRAVOS MIL NA PRIMAVERA: MEMÓRIAS SOLTAS DE VIVÊNCIAS ESCOLARES DESPIDAS DE MURO ----- 185

Isabel Viana - Universidade do Minho

REVISITANDO *ABRIL*, O CONTEXTO ATUAL E OS CAMINHOS DA PROFISSÃO DOCENTE... ----- 197

Almerindo Afonso⁵ - Universidade do Minho

¹ Professor Associado Aposentado
² Professor Catedrático Aposentado
³ Professor Associado Jubilado
⁴ Professor Associado com Agregação Aposentado
⁵ Professor Associado Aposentado